

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Os Arquivos da Ditadura no Brasil: Os Inquéritos Policiais no Superior Tribunal Militar (1964-1969). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: v.14, n.3, p.98-106, 2019.

No referido artigo, é detalhado o cenário que o Brasil estava passando com a instauração do regime ditatorial militar e como os militares se utilizaram de todos os meios para legitimar este regime no país. Temos, também, as manifestações pró-ditadura feitas pela classe média e a disseminação de notícias através das mídias de comunicação em apoio ao novo regime. O autor também detalha a forma como os militares tratavam aqueles que se opunham a esse novo governo e que sofreram represálias terríveis como, por exemplo, a tortura, para se conseguir confissões. O artigo tem como base de estudo os arquivos militares existentes no Estado da Paraíba, mas que refletem o panorama histórico que ocorria no Brasil durante o período de 1964 à 1969.

Ao se instaurar o regime militar, no ano de 1964, os militares golpistas tentavam justificar a intervenção militar como sendo um apelo que a sociedade brasileira estava fazendo diante do quadro existente na época, com a inflação em alta, a presença do “comunismo” no país e as constantes agitações sociais. Assim sendo, os militares agiram por se acharem os salvadores da nação e os únicos capazes de solucionar todos os problemas que afligiam o povo.

Da mesma forma em que o país estava passando por um momento conturbado, na Paraíba não estava sendo diferente, com professores, estudantes, políticos e muitos outros cidadãos se manifestando contra as medidas adotadas pelo regime ditatorial. E, como bem a história registra, seja através de documentos ou de relatos, os militares usavam de todos os meios possíveis para conter aqueles que eram contra os seus ideais, utilizando-se inclusive da força e também de meios judiciais. Como bem citado no artigo de Scocuglia, um lema que os militares utilizavam era “Contra a pátria não há direitos”, mostrando a forma como eles tratavam a oposição. A repressão envolvia prisões, demissões de funcionários públicos e cassações de mandatos de políticos contrários ao regime. Temos acesso a essas informações através dos documentos de inquéritos policiais militares no Estado da Paraíba, e que servem de exemplo para demonstrar o que ocorria em todo país.

Isso gerou um clima de medo na sociedade paraibana, fazendo com que muitos se calassem para não sofrerem represálias e alguns cidadãos chegavam ao ponto de pagar notas nos jornais locais paraibanos para se defenderem das acusações ou até mesmo se prevenirem de possíveis acusações. Isso pode ser verificado nos arquivos de jornais. Como a exemplo do Correio da Paraíba. Muitos casos podem ser conferidos, mas a grande maioria dessas ocorrências foram silenciadas e ocultadas pelos militares, com esses processos sendo arquivados e serem de difícil acesso ou negados para consulta e pesquisa. De modo que os inquéritos policiais militares são uma importantíssima fonte para poder se entender o panorama existente na Paraíba. Mas outras fontes podem e devem ser adicionadas a essa pesquisa, como por exemplo: informações realizadas pela imprensa e arquivos públicos e privados.

Podemos observar que historicamente, desde a época do Império e do estabelecimento da República no Brasil, os militares tinham a ideologia de hegemonia e superioridade sobre a classe civil. Nesse contexto, os civis deveriam estar subjugados a tudo que fosse instituído pelos militares. Quando ocorreu o golpe de 1964, esse ideal de hegemonia foi posto em prática, mas além de ser aplicado através da força havia o interesse de convencer a sociedade brasileira. E como isso poderia ser realizado?

Como bem descreve o autor, foram utilizados discursos que pregavam as vantagens do regime militar e de como ele seria bom para a nação. Esses discursos eram feitos por “intelectuais orgânicos”, formados pelo próprio regime e que pregavam que os militares eram a salvação para o país diante da invasão do comunismo e de seu pensamento subversivo. Todas essas ações orquestradas pelos militares se encontram registradas em documentos históricos, que detalham as práticas violentas de repressão e as próprias disputas entre os militares. O que podemos observar é que os civis que eram o alvo maior da repressão eram professores e estudantes que denunciavam as atrocidades cometidas.

Diante disso, e tomando como base o pensamento de Gramsci, podemos notar que os militares no Brasil tinham como objetivo fazer uma limpeza e eliminar a todos que fosse contrário a sua ideologia, fazendo isso em todas as camadas da sociedade, sem distinção. Até mesmo militares que discordavam desse ideal e de como era executado, acabaram sendo punidos. Um exemplo que o artigo nos mostra é do General Peri Bevilaque, que acabou sendo exonerado do seu cargo por ser contrário as políticas adotadas pelos militares no país.

Essa arbitrariedade teve um impacto violento na vida de estudantes, jornalistas, sindicalistas e outros, que até hoje carregam os traumas daquele período. Na Paraíba temos relatos das vítimas e de familiares que revelam os fatos sinistros que sofreram ou foram testemunhas. Os militares utilizavam-se dos mais diversos meios para disseminar a sua ideologia e não mediam esforços para eliminar e silenciar aqueles que iam contra eles. O que merece ser destacado é que, até hoje, a sociedade brasileira não tem conhecimento de tudo que ocorreu no país naquele período. Muitos dos documentos da ditadura foram destruídos e outros não estão disponibilizados para a pesquisa. E, também, muito do que se sabe foi obtido através de documentos que seriam ser destruídos, mas foram recuperados, ou mediante dos relatos daqueles que sofreram os mais terríveis tipos de tortura.

A sociedade brasileira exige respostas que, desde o fim da ditadura em 1985, ainda não foram dadas. O que nos chama mais a atenção é o fato de que os militares se utilizam dos mais diversos argumentos para justificar os atos cometidos por eles durante o período especialmente entre 1964 à 1969. Enquanto em outros países onde ocorreram regimes militares ditatoriais aqueles envolvidos foram punidos severamente, no Brasil ocorreu o inverso.

Com a anistia, os militares foram beneficiados, não respondendo pelas suas ações e pelos crimes que cometeram. E, infelizmente, o que vemos no panorama atual, não somente na Paraíba como em todo o país, é que uma parcela muito grande da sociedade prega um discurso de apoio a esta época, justificando que tudo o que ocorreu era necessário para a ordem e desenvolvimento do país. Ademais, o que é mais preocupante, é o fato de muitos dizerem que não existiu um regime totalitário e extremamente violento aqui no Brasil, fato este reforçado pelo atual governo.

Ao analisar este artigo de Scocuglia pude observar um vasto campo de pesquisa na Ciência da Informação, e especialmente nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e também na área de História. Temos um objeto de estudo que é o resgate dos documentos e memórias de

uma época em que o acesso e disseminação da informação e o pensamento crítico era visto com maus olhos pelo governo.

O que nos faz elaborar certos questionamentos: Como era realizado o trabalho de disseminação da informação pelos Bibliotecários no regime militar? Como a ética profissional daqueles que tinham acesso aos arquivos da ditadura foi afetada? E quais pesquisas foram realizadas ou podem ser realizadas para se ter uma melhor compreensão daquele período histórico?

Nesse sentido, novas pesquisas sobre esse relevante período da História Brasileira recente se fazem necessárias, e contamos com a bravura dos profissionais da informação – inclusive eu – para realizá-las.